



MOÇÃO: Parques Nacionais dos Aparados da Serra e Serra Geral

A Rede de ONGs da Mata Atlântica (RMA), organização da sociedade civil sem fins lucrativos que congrega 155 entidades ambientalistas, tomou conhecimento, através do Instituto CURICACA e do Instituto MIRA-SERRA, de demanda do ICMBio, referente aos Parques Nacionais Aparados da Serra e Serra Geral, indicar representantes do setor para a participação na oficina de revisão do Plano de Manejo destas Unidades de Conservação. Cumpre frisar que os citados Institutos, associados à RMA, integram o Conselho Consultivo daqueles Parques Nacionais.

Após a análise de contextualização do modo de condução do processo, a RMA constatou significativo desequilíbrio na composição das vagas setoriais. Preocupa a notória predominância dos setores cujos interesses principais se concentram no uso público dos referidos Parques, na flexibilização ambiental das autorizações de uso e ocupação no entorno, bem como no fortalecimento e ampliação de atividades produtivas conflitantes com a conservação da natureza. Por conseguinte, houve prejuízo qualiquantitativo à representação de setores cujo principal interesse é a conservação da biodiversidade - objetivo principal desta categoria de Unidade de Conservação de Proteção Integral.

Nesse sentido, buscando alertar os gestores desses Parques e do ICMBio, CURICACA e MIRA-SERRA, decidiram pela não participação do setor na referida oficina. Essa decisão pretende enfatizar que tal composição setorial, assim idealizada desde sua origem, poderá ensejar um Plano de Manejo em que limites aos interesses de uso e ocupação sejam ampliados em detrimento da conservação da biodiversidade, que zonas com maior restrição de uso tenham suas dimensões reduzidas ou sofram alteração quanto ao zoneamento, que uma adequada definição de recursos e valores priorizando a biodiversidade seja limitada, além de outros prejuízos à finalidade central da UC.

Destacamos ainda, que o planejamento do uso público seria um programa complementar, cujas diretrizes para compatibilização com a garantia para a biodiversidade deveriam ser definidas previamente no Plano de Manejo. O processo, da forma como está sendo conduzido, claramente coloca “a carroça na frente dos bois”. Adicionalmente, preocupa que o Conselho Consultivo das referidas Unidades de Conservação sequer terá ciência do produto da Oficina antes de seguir para o ICMBio. Outro aspecto a considerar é a recente aprovação, pela Comissão de Turismo da Câmara dos Deputados, do “projeto de lei pelo qual o plano de manejo a ser apresentado pelas unidades de conservação brasileiras deverá incluir uma análise de impacto turístico”.

Portanto, ao fim e ao cabo, o modelo ora adotado para a revisão do Plano de Manejo dos Parques Nacionais Aparados da Serra e Serra Geral é inadequado, devendo o processo ser suspenso para imediata revisão e correção deste modelo.

Brasília, 23 de maio de 2023

Joao de Deus Medeiros
Coordenação Geral

Rede de Organizações Não-Governamentais da Mata Atlântica – RMA

SHIN, Centro de Atividades 05, Conjunto J, Bloco J1, Brasília, DF.